



A Rede Escola de Governo e os desafios avaliativos da formação continuada

*Sandra Bitencourt,
Ana Cristina Ghisleni*

*Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do
Estado do Rio Grande do Sul - FDRH*

A Rede Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Sul (REG), criada em agosto de 2011, consiste em um sistema integrado de formação continuada voltado aos servidores públicos de diferentes esferas e aos agentes sociais (cidadãos que prestam algum tipo de serviço público, mas que não têm, necessariamente, vínculo estatal). A coordenação executiva e pedagógica da Rede Escola de Governo é responsabilidade da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (FDRH).

Este artigo apresenta a proposta e a configuração da Rede Escola de Governo, organizando este desenho por meio de elementos estruturantes e da aplicação destes elementos em ações educativas postas em prática. Além disso, busca apoio metodológico na apresentação dos primeiros resultados quantitativos já obtidos pela REG e, sustentado teoricamente por Bernstein e Dias Sobrinho, lança as bases para a rigorosa construção de uma avaliação de cunho qualitativo.

O modelo da Rede Escola de Governo é inédito no país porque se organiza no formato de rede com todas as universidades públicas, comunitárias e sem fins lucrativos do estado. Atualmente, a REG possui protocolo firmado com 32 instituições. Destas, 23 desenvolvem atividades de ensino no Programa de Formação Continuada a que estão vinculadas. A vinculação a este Programa deu-se pelas necessidades da região de localização, pelo histórico e pelas possibilidades de ensino, pesquisa e extensão demonstrados pelas universidades. Deste modo, além de usufruir da infraestrutura dos campi, a Rede Escola de Governo conta com um corpo docente do mais alto nível. São professores e técnicos com alta especialização em suas áreas. Segundo dados apurados em dezembro de 2013, dos 467 professores que já atuaram em cursos oferecidos pela REG, 43 são graduados, 152 são especialistas, 133 são mestres, 130 têm doutorado e 9, pós-doutorado.

A Rede Escola de Governo é um dos programas estratégicos do Estado acompanhado pelo sistema de monitoramento do Governo do Rio Grande do Sul e pelo próprio Governador. O monitoramento constitui a face quantitativa de acompanhamento dos programas pelos integrantes de 19 secretarias, uma vez que estabelece a possibilidade de monitorar metas e comparar os encaminhamentos feitos em determinados períodos. Tudo isso possibilita a obtenção de dados de extrema importância para a verificação de uma parcela da efetividade do programa. Para ter ideia da proporção da importância deste trabalho, estão dispostas abaixo as ações formativas realizadas em parceria com as universidades em todas as regiões do Rio Grande do Sul que já beneficiaram 16.093 pessoas em 335 cidades do Rio Grande do Sul, com um investimento de recursos públicos da ordem de R\$ 8.865 milhões (dados de junho de 2014):

- Extensão – 252 cursos
- Pós-graduação – 10 cursos
- Seminários, oficinas e aulas magnas - 106
- Educação a distância – 24 extensões

A FDRH investe também em pesquisa. Em dezembro de 2012, foi lançado edital, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), com recursos na ordem de 260 mil reais com o objetivo de incentivar 18 projetos de pesquisa, capitaneados por pesquisadores de nove universidades gaúchas, que versam sobre ciência, tecnologia e inovação em Gestão Pública. Os recursos são oriundos do orçamento geral do Estado.

Programas de formação continuada da Rede Escola de Governo

- Organização do Estado e Democracia (UERGS)
- Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos e Segurança Pública (UFRGS)
- Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos, Trânsito e Mobilidade Urbana (UFRGS)
- Gestão de Políticas Públicas para Cidadania, Participação e Responsabilidade Social (UNILASALLE)
- Gestão de Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial (PUCRS)
- Gestão de Políticas Públicas para Comunicação e Inclusão Cidadã (UNISINOS)
- Economia Política da Gestão Pública (UNIVATES)
- Direito Administrativo do Estado (UCS)
- Gestão de Políticas de Fronteira, Cooperação e Relações Internacionais (UNIPAMPA)
- Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento Regional (UNISC)
- Gestão de Políticas Públicas para a Juventude (FURG)
- Gestão de Políticas Públicas para a Erradicação da Pobreza Extrema, Cooperativismo e Economia Solidária (UNIJUÍ)
- Qualificação de Gestores Públicos e Agentes Sociais para 2014 (FEEVALE)
- Gestão de Políticas Públicas para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMP)
- Gestão de Princípios Legais e Administrativos para o Funcionamento do Estado (FMP)
- Construção Democrática da Economia de Meios na Gestão Pública (FGV)
- Gestão em Turismo e Hospitalidade (SENAC)
- Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos com Ênfase em Diversidade Geracional e Sexual (UNICRUZ)
- Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, Produção Local e Agricultura Familiar (URI)
- Gestão de Políticas Públicas Educacionais (UFPEL E UPF)
- Gestão Local (FACCAT)
- Gestão do Patrimônio Arqueológico e Paleontológico (UFSM)

Todos os programas, cursos e atividades desenvolvidos pela Rede Escola de Governo são absolutamente inéditos em seus formatos e proposições. Os programas, como já mencionado, partem de temas regionalmente relevantes e se vinculam às possibilidades de trabalho, ensino e pesquisa desenvolvidos pela universidade envolvida. Os cursos e atividades, por sua vez, partem de uma demanda trazida por uma região ou por um órgão do estado e são analisados pela FDRH, tendo o seu formato, conteúdos, duração e público-alvo, definidos conjuntamente pela própria FDRH, órgão demandante e instituição de ensino envolvida. Este formato conceitual e metodológico de atuação pauta-se fortemente no formato, definido por Frigotto (2011), como “pedagogia da Gestão Pública”. Para o autor

A metodologia de formação e capacitação que desenvolve sujeitos autônomos e solidários e cidadãos ativos na dilatação da esfera pública e, conseqüentemente dos direitos sociais e subjetivos da cada cidadão necessariamente tem como desafio trabalhar concomitantemente dimensões ético-políticas, teóricas de ações orientadas pela práxis. (FRIGOTTO, 2011, p. 11)

A *práxis* referida por Frigotto é a dimensão da política pública aplicada perseguida pela Rede Escola de Governo em sua atuação. Isto está pautado pelo formato dos cursos, sempre voltados para a efetivação de intervenções significativas nos locais trabalhados, quanto pela inserção de temáticas que ainda não são suficientemente debatidas e trabalhadas pelo universo acadêmico. Gênero, raça, educação do campo, combate à homofobia são apenas alguns destes temas. Trabalhá-los requer das universidades o que Bernstein chama de uma nova configuração entre poder e controle. Para o autor, estes elementos são fundamentais para a implantação de novas temáticas no cenário educacional. Entretanto, a implantação de novas temáticas políticas e sociais de maneira central no currículo acadêmico pode supor o rompimento com as categorias de poder e de controle delineadas por Bernstein (De Santos, 2003).

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliar significa criar mecanismos capazes de destacar os avanços e os problemas, pautando o nível de qualidade agregado à determinada tarefa ou função. A temática da qualidade sempre esteve presente nas discussões educacionais. A centralidade foi obtida, no Brasil, no decorrer dos anos 1990, quando o encaminhamento da preocupação quantitativa abriu espaço para a ênfase na discussão qualitativa. O que significou um avanço em termos de ampliação da educação em diferentes níveis trouxe consigo o dilema do estabelecimento de parâmetros de bom funcionamento. O mesmo ocorre com iniciativas como a Rede Escola de Governo que, com seu funcionamento e lógica de atuação voltados à qualificação do serviço público, também assume a responsabilidade de mensurar a efetividade de suas ações.

Para que possamos pensar a avaliação em sua dimensão política, temos de qualificá-la para além dos números, como problematizadora e propulsora de novos ordenamentos legais e institucionais capazes de compreender a avaliação como um dos atuais eixos estruturantes da formulação de políticas públicas. Não queremos só medir. Queremos avaliar e avaliar é cercar o dado de perguntas, buscar o seu significado e realizar projeções com base na informação recebida. Tudo isso, entretanto, precisa ser feito de forma criteriosa e cuidadosa.

A partir do sistema de monitoramento de projetos estratégicos implantado pelo governo do Estado desde 2011, ficou resguardada a expressão dos avanços das ações educativas através dos

números ali registrados. A busca dos significados destes números na prática dos servidores públicos e dos agentes sociais supõe o estabelecimento de dimensões avaliativas capazes de verificar de que maneira a formação trouxe alterações para a relação e a vivência outrora experimentadas. Parte significativa desta busca já foi realizada no segundo semestre de 2012, com a realização do acompanhamento de diversos cursos realizados pela Rede Escola. Nas visitas, foram aplicados instrumentos de avaliação que tiveram seus resultados e indicativos devidamente compartilhados com as instituições de ensino envolvidas. É importante também lembrar da ênfase dada ao novo formato do produto Relatório Final, cujo caráter analítico igualmente reforça a proposta avaliativa.

ESPECIALIZAÇÃO

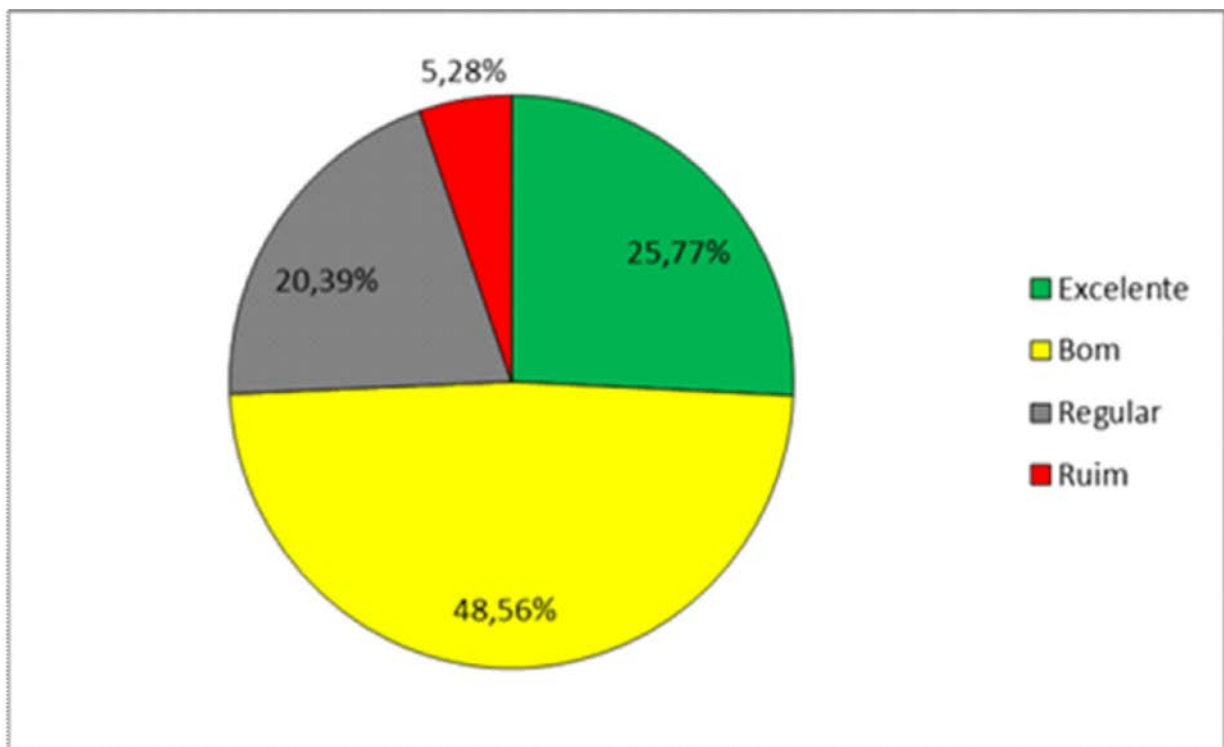
Cursos monitorados:

- Universidade de Caxias do Sul – UCS – Especialização em Direito Administrativo Aplicado
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Especialização em Segurança Pública e Cidadania
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Especialização em Gestão do Trânsito e Mobilidade Urbana
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Especialização em Gestão em Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial

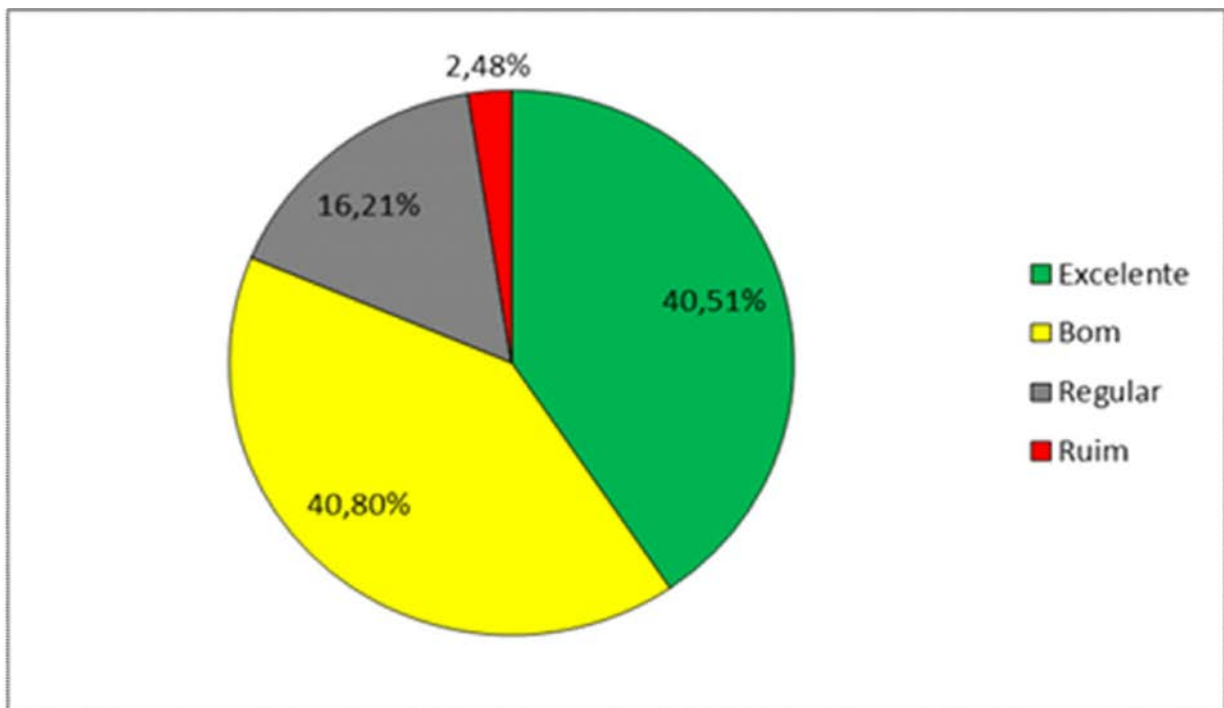
TABULAÇÃO DOS DADOS

ESPECIALIZAÇÃO	Médias Gerais			
	Excelente	Bom	Regular	Ruim
1. Aspectos gerais				
Material de apoio	16,34%	48,91%	24,01%	10,74%
Atendimento do interesse gerado pela temática proposta	24,86%	50,04%	20,30%	4,81%
Aplicabilidade e relevância do tema	40,08%	44,82%	13,97%	1,13%
Adequação do formato ao conteúdo desenvolvido	21,81%	50,47%	23,27%	4,45%
Totais	25,77%	48,56%	20,39%	5,28%
2. Aspectos físicos e organizacionais				
Instalações físicas (mobiliários recursos audiovisuais, espaço alocado)	41,88%	37,61%	18,86%	1,67%
Serviços de apoio administrativo (recepção, matrícula, informações)	39,14%	43,93%	13,57%	3,30%
Totais	40,51%	40,80%	16,21%	2,48%
3. Atuação do professor(a)				
Condução dos trabalhos	26,02%	58,37%	12,70%	2,92%
Aproveitamento do tempo x conteúdo	25,96%	44,84%	25,09%	4,12%
Domínio do assunto	44,95%	42,13%	11,14%	1,72%
Construção de articulações entre o teórico e o vivencial	26,50%	49,02%	21,52%	2,97%
Esclarecimento de dúvidas	37,33%	51,07%	9,88%	1,72%
Relacionamento com o grupo	50,67%	39,49%	8,63%	1,22%
Totais	35,24%	47,49%	14,83%	2,45%
4. Autoavaliação				
Comprometimento	49,61%	46,88%	2,95%	0,56%
Frequência	52,59%	45,70%	1,71%	0,00%
Acréscimo de novos conhecimentos	44,44%	43,05%	10,21%	2,30%
Satisfação	37,04%	49,08%	8,89%	5,00%
Construção de articulações entre os conceitos estudados e a atuação profissional	20,88%	58,71%	15,74%	4,67%
Totais	42,54%	47,71%	7,40%	2,35%

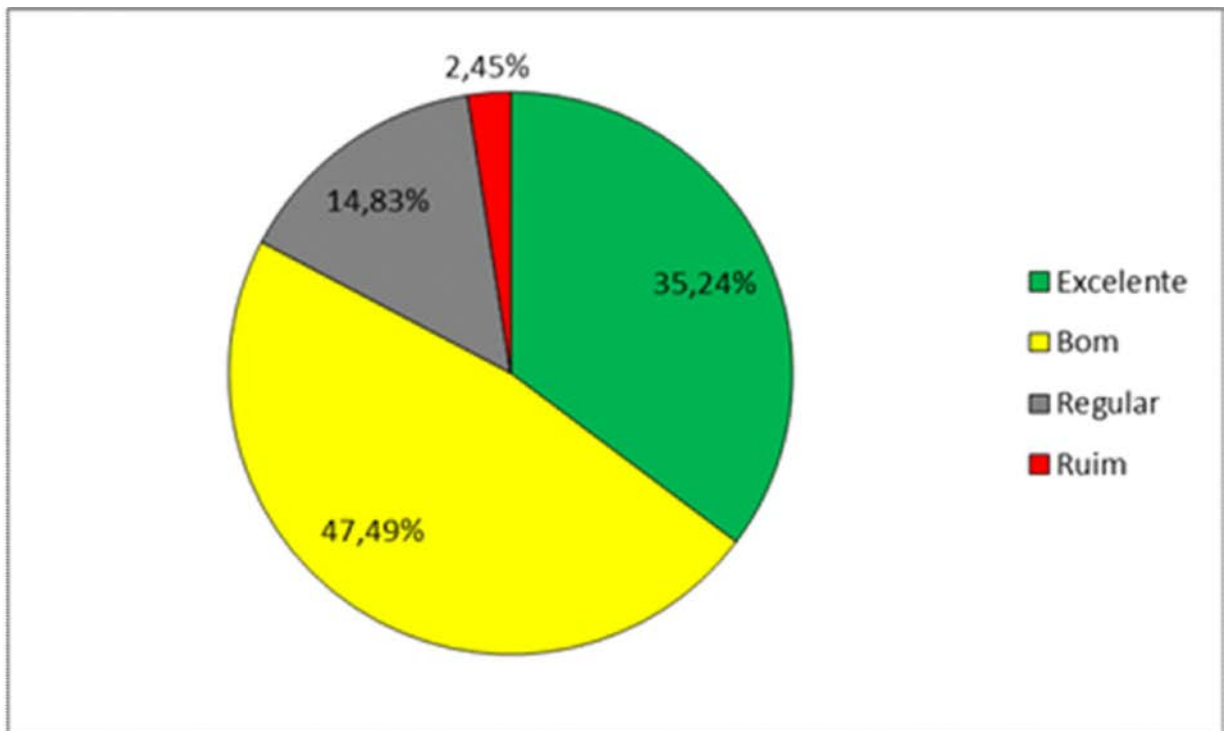
ASPECTOS GERAIS



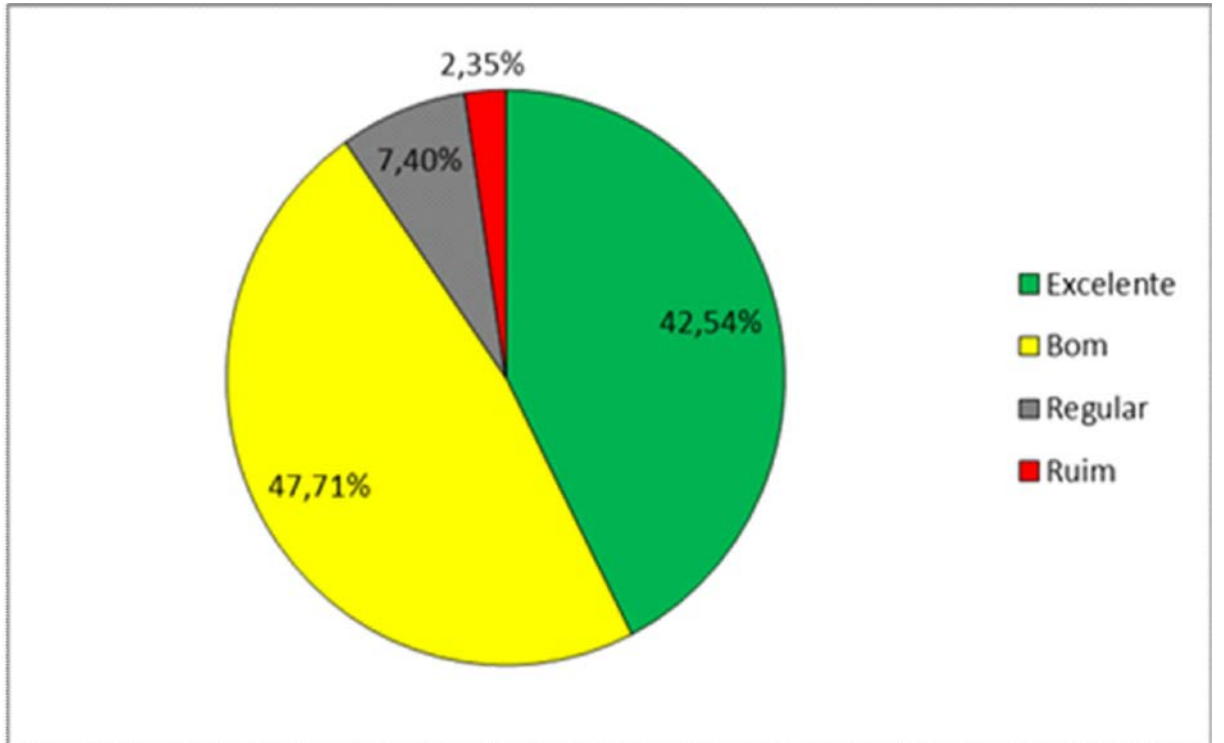
ASPECTOS FÍSICOS E ORGANIZACIONAIS



ATUAÇÃO DO PROFESSOR



AUTOAVALIAÇÃO



EXTENSÕES

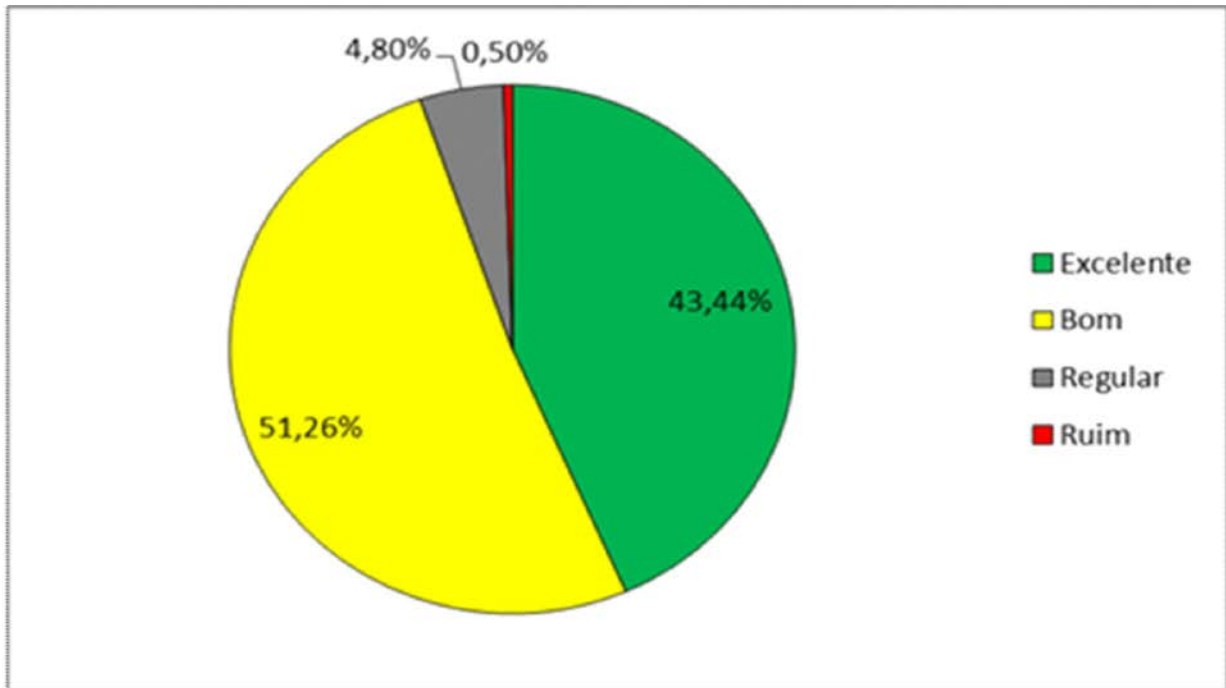
Cursos monitorados:

- Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT - Gestão em Políticas Públicas para Saneamento Básico (dois cursos Porto Alegre e Bento Gonçalves)
- Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Gestão do PRONATEC
- Faculdade Integrada do Alto Uruguai – URI - Curso de Formação de Animadores em Educação do Campo para Erradicação da Pobreza (três cursos em Sagrada Família, São Pedro das Missões e Lajeado do Bugre).
- Faculdade Integrada do Alto Uruguai – URI - Extensão em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
- Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – Curso de Altas Habilidades Superdotação
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

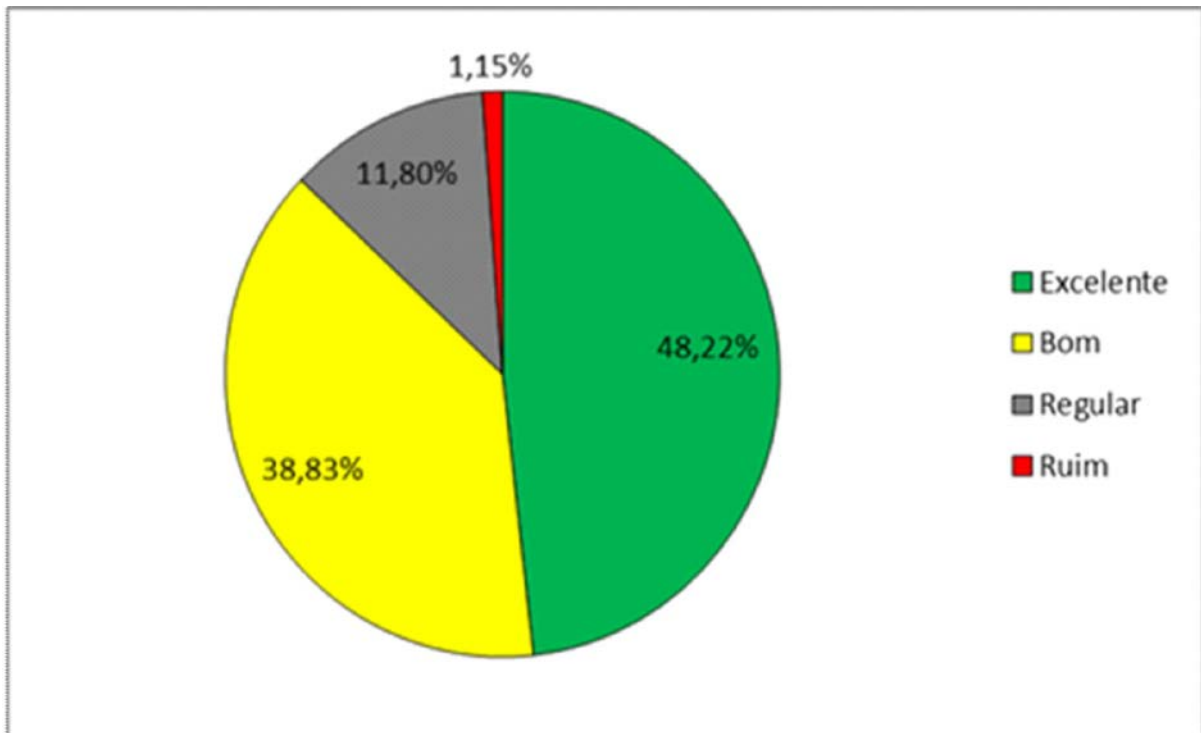
TABULAÇÃO DOS DADOS

EXTENSÃO	Médias Gerais			
	Excelente	Bom	Regular	Ruim
1. Aspectos gerais				
Material de apoio	37,39%	56,40%	5,83%	0,36%
Atendimento do interesse gerado pela temática proposta	40,76%	54,38%	3,24%	1,62%
Aplicabilidade e relevância do tema	66,10%	42,84%	2,06%	0,00%
Adequação do formato ao conteúdo desenvolvido	40,60%	51,44%	8,06%	0,00%
Totais	43,44%	51,26%	4,80%	0,50%
2. Aspectos físicos e organizacionais				
Instalações físicas (mobiliários recursos audiovisuais, espaço alocado)	42,06%	40,20%	16,21%	1,53%
Serviços de apoio administrativo (recepção, matrícula, informações)	64,38%	37,46%	7,40%	0,77%
Totais	48,22%	38,83%	11,80%	1,15%
3. Atuação do professor(a)				
Condução dos trabalhos	50,36%	46,29%	3,36%	0,00%
Aproveitamento do tempo x conteúdo	44,14%	46,42%	9,27%	1,16%
Domínio do assunto	60,07%	38,21%	1,72%	0,00%
Construção de articulações entre o teórico e o vivencial	44,12%	47,64%	7,88%	0,37%
Esclarecimento de dúvidas	54,54%	40,34%	4,74%	0,36%
Relacionamento com o grupo	72,19%	25,85%	1,96%	0,00%
Totais	54,24%	40,63%	4,82%	0,32%
4. Autoavaliação				
Comprometimento	44,50%	53,03%	2,48%	0,00%
Frequência	58,82%	41,18%	0,00%	0,00%
Acréscimo de novos conhecimentos	68,56%	39,66%	1,77%	0,00%
Satisfação	52,98%	44,01%	2,68%	0,33%
Construção de articulações entre os conceitos estudados e a atuação profissional	45,84%	49,84%	4,33%	0,00%
Totais	52,14%	45,54%	2,25%	0,07%

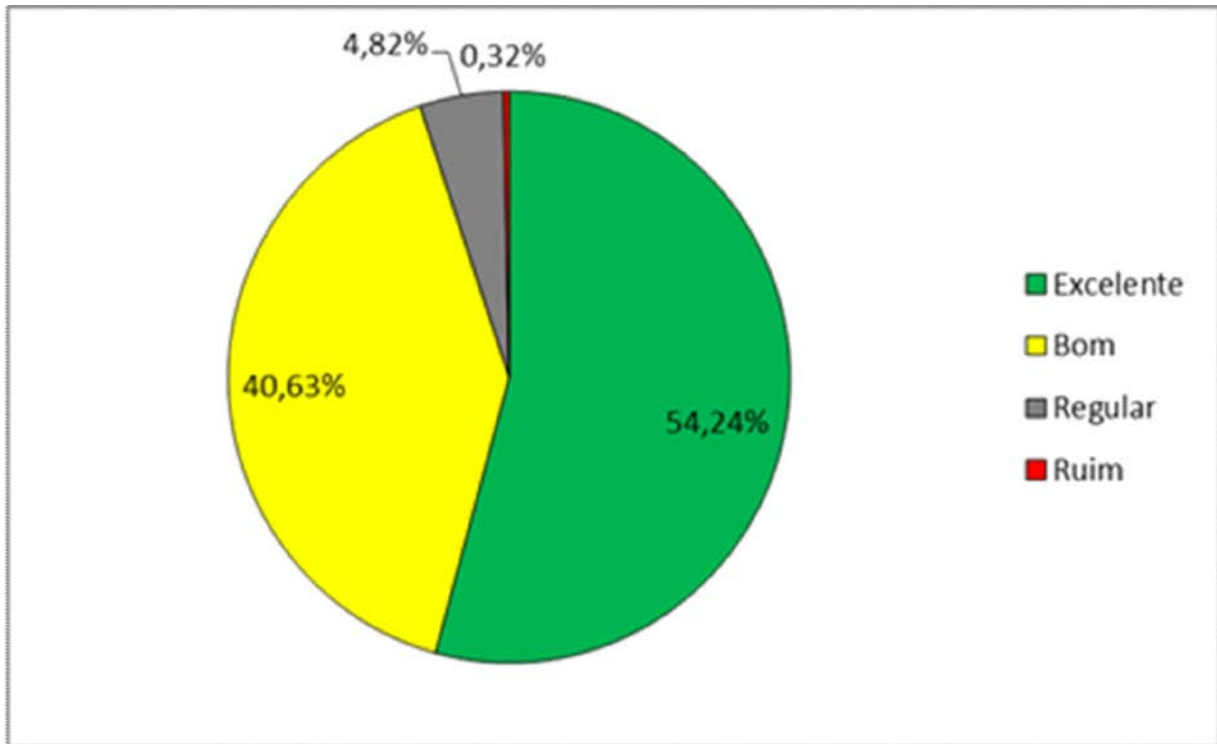
EXTENSÕES - ASPECTOS GERAIS



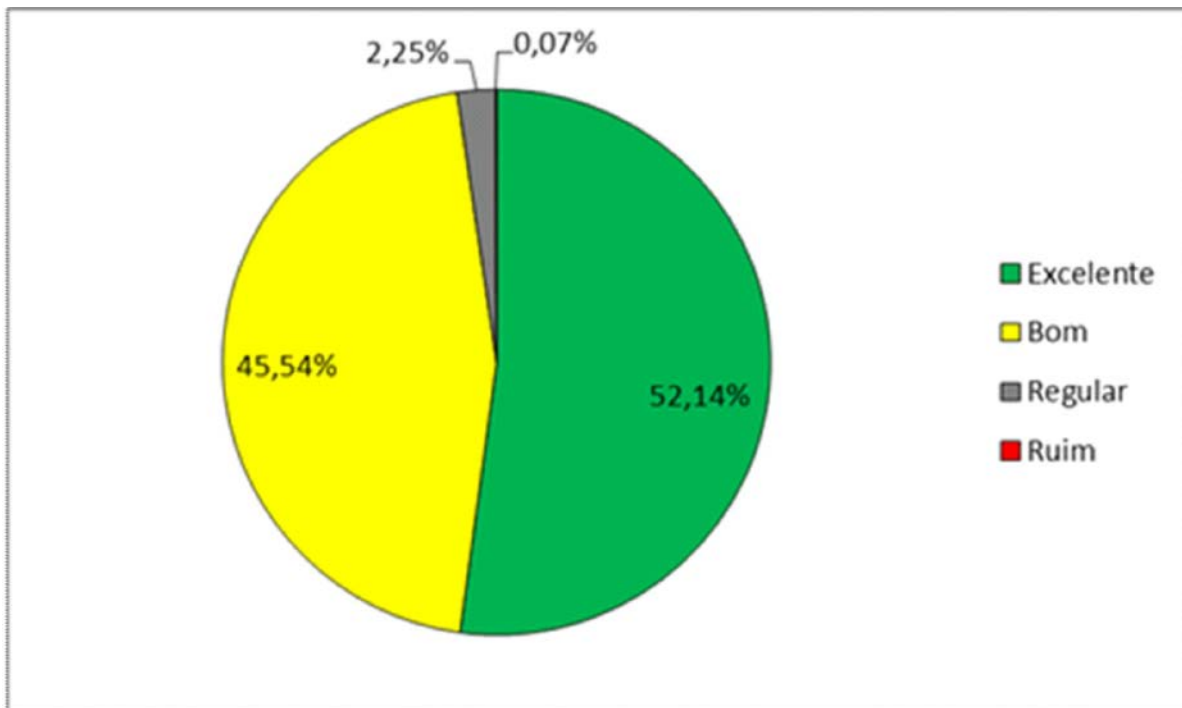
ASPECTOS FÍSICOS E ORGANIZACIONAIS



ATUAÇÃO DO PROFESSOR



AUTOAVALIAÇÃO



Vinculada a estas discussões estruturantes, está o monitoramento das ações já efetuado pela FDRH e o desenvolvimento de um sistema de gestão próprio das ações da Rede Escola de Governo. As informações advindas destes dois instrumentos, aliados aos retornos advindos dos acompanhamentos dos cursos, auxiliarão na quantificação dos indicadores previstos em cada uma das dimensões.

O desafio avaliativo, entretanto, ainda tem um caminho a percorrer. De acordo com Dias Sobrinho (1996), a avaliação é um processo complexo, nem tanto pelas dificuldades instrumentais ou pelos tecnocratismos, nem tanto pela obtenção de respostas claras e pretensamente definitivas, mas sobretudo pelo valor das questões levantadas no debate público, ou seja, pelo impacto das perguntas que o processo deve suscitar, discutir e avaliar. (DIAS SOBRINHO, 1996, p. 15)

As perguntas, portanto, assumem um caráter estratégico no plano da avaliação. Se, na construção metodológica dos instrumentos, a sua importância reside na obtenção legítima, fidedigna e ética dos dados que estarão sendo coletados, na construção teórica e política, as perguntas precisam refletir suficientemente as inquietações contextuais e relacionais que precisam ser contempladas no instrumento da avaliação e funcionar como ponto de partida - a partir das informações coletadas - para as construções que poderão ser engendradas como política pública a partir dos resultados advindos da avaliação.

Trata-se, portanto, de um balanço complexo, em que intervêm os recursos da análise mas também os valores pedagógicos e educativos, o sentido proativo, o envolvimento democrático da comunidade na forma de agentes sociais com funções públicas, a globalidade do objeto como princípio heurístico e a busca em conjunto, através de negociações, das transformações qualitativas desejadas. (DIAS SOBRINHO, 1996, p. 18)

A centralidade assumida pela temática da avaliação, não obstante não vincular-se à novidade alguma, torna-se atual na medida em que traz consigo uma forte ênfase na quantificação e na mensuração, tendo sido introduzida, pelo Estado, como um estilo de gestão do sistema educativo. O tecnicismo que vem a reboque disso esvazia a discussão que é necessária em torno do tema. Os métodos não percebem os contextos e as diversidades existentes nos cenários em que os instrumentos estão sendo aplicados e os dados não traduzem as reais condições de suas existências, ou por limitações do método ou por limitações de compreensão dos pesquisadores envolvidos no processo.

Os “esquemas conceituais de coerência” da avaliação referidos por Dias Sobrinho (1996) operam, neste sentido, “como instrumentos quase científicos, quase técnicos, sempre sociais e éticos de consolidação e de denegação de valores” (p. 16). A ideia que mais fortemente se percebe como norteadora das avaliações hoje diz respeito às mudanças que se desejam que sejam implementadas. Interessante observar que estas mudanças, localizadas no campo da necessidade de reestruturação do Estado servem tanto para mostrar os resultados insuficientes da escola pública quanto para relocalizar esta mesma escola pública na arena de uma suposta qualidade, posto que incentiva disputas por melhores desempenhos como a forma de superação de uma situação indesejável. O foco único nesta competição restringe a produção educacional e escolar a quantidades, volumes e pontuação, “não levando em conta sua diversidade, a identidade que torna única a cada uma delas, as condições específicas e a história que constroem distintas relações de produção e compromissos sociais.” (Dias Sobrinho, 1996, p. 17).

O contrário disso tem de ser uma avaliação capaz de “refletir sobre os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação” (Dias Sobrinho, 2008, p. 198), posto que é este mandato que segue vigorando na esfera social e política, interferindo institucionalmente na condução de um país e pessoalmente na vida mesmo de todas pessoas, garantindo as condições para a formação humana e intelectual pretendida por uma nação.

É com essa proposição que, a partir de 2013, todas as instituições de ensino que integram a Rede Escola de Governo foram convidadas a participar das Oficinas Conceituais de Avaliação. O comitê de RH’s também foi parceiro desta construção. O conjunto de oficinas teve como resultado a formatação do Documento Orientador da Avaliação Acadêmico-Vivencial da Rede Escola de Governo, que visou gerar os registros necessários para evidenciar a efetividade das ações promovidas pela REG com as instituições parceiras. O desafio constantemente retomado refere-se à busca da efetividade das ações educativas desenvolvidas pela REG no escopo da melhoria da qualidade do serviço público oferecido aos cidadãos e do empoderamento dos agentes sociais por meio do conhecimento da elaboração de políticas e das possibilidades de suas inserções. Como proposição inicial, surgiram as seguintes dimensões para estudo:

DIMENSÃO CONCEITUAL

Em que medida os preceitos estabelecidos pela Rede Escola de Governo foram observados na elaboração e na operacionalização das ações educativas propostas;

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Em que medida as instituições de ensino parceiras agregaram-se ao princípio formativo da Rede Escola de Governo, agregando professores e abordagens à vivência política e funcional dos discentes;

Em que medida os órgãos públicos, demandantes das ações educativas, motivaram, acompanharam e prestigiaram os servidores participantes, responsabilizando-se pela formação oferecida;

DIMENSÃO VIVENCIAL

Projetos, intervenções e iniciativas que trouxeram alterações significativas na atuação do servidor público e do agente social beneficiado pela formação. Tais vivências têm a função de evidenciar - pelo estabelecimento de novas práticas, fluxos e rotinas – o valor agregado pelo conhecimento à melhoria das relações destes agentes com o Estado e com os cidadãos.

As dimensões conceitual e institucional visam promover a retomada constante dos preceitos fundadores da Rede Escola de Governo, garantindo a especificidade das ações propostas na parceria estabelecida com as instituições de ensino superior e reafirmando o compromisso dos órgãos de Governo com a formação demandada e recebida.

A dimensão vivencial tem o objetivo de registrar projetos e ações efetivamente implementados por servidores ou por agentes sociais a partir das formações oferecidas pela Rede Escola. Isso, ao mesmo tempo que garante o registro das iniciativas, resguarda a sua memória e expressa as reais possibilidades que se constituíram a partir da parceria entre a academia e os serviços prestados aos cidadãos.

A primeira Oficina Conceitual sobre este tema ocorreu em julho de 2013 e contou com a presença da professora Maria Beatriz Luce, especialista no assunto e com ampla experiência acadêmica - como docente e integrante do Conselho Nacional de Educação -, e de gestão - como reitora pro-tempore responsável pela implantação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Durante o encontro, que contou com a participação de mais de 100 (cem) pessoas, entre professores de diversas instituições de ensino, alunos e servidores de diferentes órgãos do Estado e de várias esferas sociais, foram discutidas as bases da avaliação e, fundamentalmente, da avaliação institucional. Este desafio, no caso da Rede Escola de Governo, supõe a significação dos retornos quantitativos no cenário de qualificação do serviço público e das políticas voltadas aos cidadãos. É justamente neste esforço de criação de significado que se inserem os critérios para o entendimento dos resultados e para a verificação da sua efetividade.

Vinculada a estas discussões estruturantes, está o monitoramento das ações já efetuado pela FDRH e o desenvolvimento de um sistema de gestão próprio das ações da Rede Escola de Governo. As informações advindas destes dois instrumentos, aliados aos retornos advindos dos acompanhamentos dos cursos, auxiliarão na quantificação dos indicadores previstos em cada uma das dimensões. O monitoramento consolidou-se como uma organização sistemática das informações acerca de todas as ações realizadas pela REG, permitindo a atualização constante do número de atividades, cursos, alunos atendidos, regiões e cidades, além do acompanhamento orçamentário, desde a previsão até os pagamentos realizados (os quais, aliás, nos últimos dois anos, tem atingido cerca de 98% do orçamento empenhado). O sistema de gestão, utiliza-se de muitas das informações do monitorando, inovando no tratamento dado a elas por meio da geração de relatórios com a utilização de filtros específicos. Além disso, o sistema possibilita a inscrição *on-line* dos candidatos aos cursos, garantindo agilidade, transparência e melhor acesso a todo o processo.

Todos os aspectos aqui abordados já demonstram resultados das ações de uma política de educação continuada capitaneada pela FDRH. O resultado qualitativo desta efetividade pretendida pela Rede Escola de Governo, no entanto, só poderá ser mensurado por metodologia específica, vinculada aos conceitos teóricos explicitados ao longo deste texto. Esta construção metodológica será buscada, ao longo de 2014, junto às instituições de ensino parceiras da Rede, configurando um novo projeto de pesquisa que selecionará e organizará os elementos concernentes às dimensões avaliativas da Rede Escola de Governo.

Referências

DE SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Bernstein e o campo educacional: relevância, influências e incompreensões. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, p. 15-49, novembro/ 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba. vol. 1, n.1, p. 15-24,1996.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Política de Capacitação do Servidor Público: uma alternativa metodológica à doutrina neoliberal*.

http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1367266226_20110526_GaudencioFrigotto%20Artigo1.pdf. Acesso em 02/02/2014.

Resumo

O investimento em ações de formação continuada junto aos servidores públicos, não obstante configurar-se como uma conquista em termos de política pública para um Estado público e fortalecido para a sua atuação social, supõe também a responsabilidade com os processos avaliativos destas proposições e práticas. Em função disso, torna-se imprescindível o resgate e a criação de compreensões, ferramentas e procedimentos rigorosos para a prática avaliativa. Tal preocupação redundando tanto no reforço necessário à importância da formação continuada quanto na possibilidade de aprimoramentos constantes em prol da qualificação do serviço público.

Sobre os autores

Sandra Bitencourt - Formada em Comunicação Social pela UFRGS (1993), com mestrado em Educação, Comunicação e Novas Tecnologias pela Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha (revalidado no Brasil pela UnB), com experiência como docente superior na área de jornalismo na PUCRS, FEEVALE e UFRGS. Doutora em Comunicação e Informação, com ênfase em comunicação pública, na linha de pesquisa Mediações e Representações culturais e políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No mercado profissional, atuou em diversos veículos de comunicação no RS, como a RBS TV, TV Guaíba, TV COM, Canal Rural, TV Bandeirantes, Revista Projeto de SP, jornal Correio do Povo e TV Record. No setor público, atuou no DMAE de Porto Alegre, como responsável por vários projetos especiais em educação ambiental, inclusão digital dos servidores e publicações institucionais do departamento. De 2005 até dezembro de 2007, consultora do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para o Ministério da Educação no Projeto Escola de Fábrica, um programa de formação profissional para jovens em todo o país. Atualmente é Diretora-Presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH/RS). Contato: sandra-bitencourt@fdrh.rs.gov.br

Ana Cristina Ghisleni - Contato: ana-ghisleni@fdrh.rs.gov.br

Obs.: Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Escolas de Governo, realizado nos dias 12 e 13 de agosto de 2014, na Escola Nacional de Administração Pública – Enap – Brasília/DF. Seu conteúdo é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).